ESTUDO LIVRES¹

Cannabis medicinal: superar o preconceito para garantir maior qualidade de vida aos brasileiros

EL 05/2025

ANÁLISE PRELIMINAR

A discussão sobre a permissão para produção, comercialização e uso de medicamentos derivados da *Cannabis sativa* - como aqueles à base de canabidiol (CBD) - permanece recorrente no debate público brasileiro. Apesar de seu potencial terapêutico já estar amplamente reconhecido pela medicina, o avanço da regulamentação no Brasil segue travado por **preconceitos, desinformação e resistência política**.

O resultado é o atraso no acesso a tratamentos eficazes para milhares de pacientes que convivem com doenças degenerativas e condições crônicas, como epilepsia, Alzheimer, Parkinson, dores crônicas e câncer — muitos dos quais encontram no uso medicinal da cannabis uma alternativa segura e comprovadamente benéfica.

Junto a isso, a falta de regulamentação impede o Brasil de arrecadar bilhões por ano, e nos coloca no caminho oposto ao adotado por nações desenvolvidas como Canadá, Austrália e Uruguai.

A insegurança jurídica do setor também encarece o preço final desses produtos e medicamentos, restringindo seu acesso aos pacientes que necessitam. Hoje, o plantio, a comercialização e o uso de substâncias oriundas da maconha somente são permitidos por vias judiciais, mediante importação destes produtos.

Sobre o tema, existem pelo menos três (3) projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, sendo que o mais conhecido é o PL n° 399/2015 que estabelece que medicamentos que contenham extratos, substratos, partes da *Cannabis sativa*, ou substâncias canabinoides, poderão ser comercializados no território nacional, desde que exista comprovação de sua eficácia terapêutica e necessidade para uso por relatório médico.¹

Como se observa, **a proposta trata tão somente do uso terapêutico** comprovado de medicamentos que contenham um percentual irrisório de cannabis e não legisla sobre o uso adulto de maconha aos civis.

Além das iniciativas legislativas, em maio de 2025, o **Governo Federal anunciou um plano de ação para regular** e fiscalizar o tratamento com fármacos à base de cannabis.² A proposta veio após decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em novembro de 2024 que autorizou a importação de sementes e o cultivo de cannabis para fins médicos e estipulou um prazo de seis (6) meses para o Poder Público regulamentar a medida.²

SOBRE ISSO, O LIVRES:

- Reafirma o valor do direito de escolha como primeiro e mais importante instrumento de concretização das liberdades democráticas do indivíduo;

¹ O Livres **não interfere na estratégia política de líderes certificados**. O Estudo Livres analisa projetos em tramitação sob o prisma de valores liberais e das boas práticas de política pública.

- Prima pela prevalência da relação médico-paciente para exercício da decisão quanto ao uso da cannabis como um tratamento eficaz para doenças crônicas;
- Entende como inadequado o uso da máquina estatal para reprimir arranjos econômicos legítimos, em oposição à regulamentação e fiscalização da fabricação e a produção de terapêuticos com canabinoides;
- Defende a regulamentação do setor devido sua importância para o tratamento de pessoas acometidas por enfermidades graves e para a devida garantia de segurança jurídica da prática em todo o território, diminuindo as demandas judiciais e barateando o acesso de medicamentos aos brasileiros em necessidade.

ESCOLHA RESPONSÁVEL: Uma questão de liberdade e dignidade individual

O Liberalismo defende, em sua essência, a valorização da **autonomia individual**, das **escolhas conscientes** e da **responsabilidade pessoal** como fundamentos para uma sociedade livre. Nesse contexto, a regulamentação do uso medicinal da cannabis deve ser compreendida como um imperativo de liberdade.

Se um tratamento é reconhecido pela comunidade médica como eficaz e seguro, é **direito do paciente - em comum acordo com seu médico - escolher utilizá-lo**. A liberdade de decidir como cuidar da própria saúde é uma extensão natural do princípio da autodeterminação individual. Impedir esse acesso é negar às pessoas a capacidade de tomar decisões informadas sobre o próprio corpo e bem-estar.

Regulamentar o uso medicinal do canabidiol significa garantir aos brasileiros a escolha de tratamentos que melhor atendam às suas condições clínicas, valores e preferências. É

oferecer a possibilidade por terapias potencialmente mais eficazes ou menos invasivas, em vez de se submeter ao preconceito que ainda contamina a legislação vigente.

A regulamentação do Canabidiol contribui para a **desconstrução de estigmas** e preconceitos relacionados ao uso medicinal da planta, ampliando o entendimento sobre seus benefícios e possibilidades. Ao tratar o tema com base em evidências e respeito à autonomia do indivíduo, o Brasil se aproximaria de uma política de saúde mais moderna, inclusiva e centrada no paciente.

Por fim, uma legislação clara e segura sobre o tema não apenas ampliaria o leque de opções terapêuticas, como também **asseguraria segurança jurídica** para médicos, pacientes e empresas interessados na exploração do setor, promovendo o exercício pleno do cuidado com a própria saúde e facilitação de pesquisas inovadoras por parte do setor produtivo.

FÁRMACOS À BASE DE CANABIDIOL: Garantia do direito à saúde

A Constituição Federal, em seu artigo 196, evidencia que a **“saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.” Já o artigo 197 do texto constitucional reforça o papel do Estado em controlar, regular e fiscalizar as ações e serviços de saúde.³

Em cumprimento aos artigos mencionados, a regulamentação do plantio, uso e comercialização da cannabis medicinal no Brasil deveria ser **tratada pelo Congresso Nacional como uma questão de saúde pública**. Especialistas da área da saúde, a

exemplo da Dra. Fernanda Bono Fukushima⁴, destacam os benefícios do canabidiol na atenuação dos sintomas de pessoas com câncer, por exemplo, ajudando “a controlar náuseas, vômitos, ansiedade e tensão muscular, melhorando muito a qualidade de vida, a adesão, e a própria relação com a dor durante o tratamento.”

Diversas pesquisas científicas, como o estudo “Indicações do Uso do Canabidiol em Neurologia” (2024), demonstram que em função de propriedades anticonvulsivantes, neuroprotetoras e anti-inflamatórias, o canabidiol tornou-se uma opção promissora para o tratamento de doenças como epilepsia, esclerose múltipla, doença de Parkinson e transtornos do espectro do autismo.⁵

Nessa perspectiva, a regulamentação deste setor faria com que o Estado conseguisse garantir a qualidade, segurança e rastreabilidade dos produtos, podendo realizar o **papel ativo de agente fiscalizador**. Assim, haveria a redução de riscos associados ao consumo de substâncias ilícitas ou de origem duvidosa, além de evitar a automedicação por parte dos indivíduos.

No âmbito da garantia de tratamentos médicos, a legalização da cannabis medicinal permitiria que profissionais de saúde tivessem acesso a uma variedade de opções terapêuticas, integrando a planta aos protocolos médicos de forma segura e controlada.

Portanto, a regulamentação possibilitaria a realização de estudos clínicos no país, fomentando a pesquisa científica local e contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os usos medicinais da cannabis, o que pode gerar novas opções de tratamento e inovação na área da saúde.

PREÇO DA INSEGURANÇA JURÍDICA: encarecimento de fármacos diminui o acesso

Em 2015, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tomou duas decisões importantes para o mercado de cannabis medicinal: simplificou a importação de produtos à base de canabidiol por pacientes brasileiros e **retirou o canabidiol da lista de substâncias de uso proibido**. Esses foram primeiros passos essenciais para a garantia do direito de uso e acesso a medicamentos à base de canabidiol para pessoas portadoras de doenças crônicas.⁶

Outro avanço ocorreu em 2019, quando a Anvisa aprovou um regulamento para a fabricação, importação e comercialização de medicamentos derivados da Cannabis. Estes produtos, contudo, só podem ser comprados mediante prescrição médica.⁷

Por fim, desde 2022 está admitida e normatizada pela Anvisa a importação por pessoa física, sem finalidade comercial, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. A resolução também prevê que a importação do produto poderá ser intermediada por entidade hospitalar, operadora de plano de saúde e/ou por unidade governamental ligada à área da saúde.⁸

Apesar das normas já existentes e das diretrizes da Anvisa, **a ausência de uma regulamentação federal** abrangente faz com que o acesso a medicamentos à base de **canabidiol continue restrito, caro e burocrático**. Hoje, a maior parte dos pacientes depende de importações autorizadas caso a caso ou de decisões judiciais para garantir o direito ao tratamento — um processo demorado, desigual e

custoso, tanto para os pacientes quanto para o Estado.

Essa judicialização em massa **consome tempo e recursos do Poder Judiciário**, que se vê obrigado a julgar repetidamente demandas com o mesmo fundamento jurídico. Também obriga o Ministério da Saúde a acatar milhares de decisões judiciais com determinações semelhantes, onerando a máquina pública com algo que poderia ser solucionado por uma regulamentação nacional clara, estável e técnica.

Além disso, a obrigação de judicialização para importar remédios à base de canabidiol **torna estes insumos mais caros e inacessíveis** para grande parte da população acometida por doenças degenerativas e crônicas. Sem uma regulamentação clara, os medicamentos à base de cannabis precisam ser importados, pois o mercado nacional não conta com uma cadeia produtiva estabelecida. **Isso aumenta os custos** devido às despesas de transporte, tarifas alfandegárias, variações cambiais e processos burocráticos de importação.

Ou seja, a inércia do Estado Brasileiro acaba por prejudicar o acesso a tratamentos mais qualificados para as pessoas em condição clínica vulnerável.

POTENCIAL DE MERCADO: Os benefícios econômicos da regulamentação

Além da garantia de acesso seguro e tratamentos médicos eficazes para beneficiar pacientes, a regulamentação da cannabis medicinal e permissão de investimentos no setor trariam ganhos econômicos à sociedade e recursos financeiros ao Poder Público, auxiliando na obtenção de tributos sem necessidade de elevar a cobrança de impostos para os cidadãos.

Estudo da Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (Abicann) mostra que o Brasil deixa de arrecadar aproximadamente US\$ 30 bilhões - ou R\$ 167,81 bilhões ao ano - devido a falta de regulamentação da indústria da maconha, que engloba o consumo pessoal, uso terapêutico, áreas de pesquisa e agroindústria. A associação complementa dizendo que a permissão legal de produção, comercialização e uso de cannabis beneficiaria 21 setores da economia e poderia contribuir para a criação de até 400 mil empregos.⁹

O dinheiro arrecadado com a regulamentação e tributação equilibrada de produtos à base de canabidiol e substâncias similares (neste cálculo também incluída a legalização da maconha para uso adulto) teria potencial de cobrir elevadas despesas públicas, a exemplo de gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com dependentes químicos por quase dez (10) anos.¹⁰

Países desenvolvidos como Canadá, Austrália e Uruguai já demonstraram que a legalização desta prática médica promove não apenas o bem-estar dos pacientes, mas também avanços na pesquisa científica e na economia do setor de saúde. Essas nações estabeleceram regulamentações claras que permitem a produção, distribuição e uso da cannabis medicinal, garantindo a qualidade dos produtos e a segurança dos usuários, além de reduzir o mercado ilegal e seus riscos associados.

No Canadá, a legalização da cannabis medicinal desde 2001 criou um ambiente regulamentado que possibilitou o desenvolvimento de uma indústria sólida e confiável, além de facilitar o acesso dos pacientes a tratamentos eficazes. O governo permite que pacientes tenham direito de uso à cannabis para fins medicinais de diversas

formas, entre elas por meio de compra direta a um vendedor federal licenciado.¹¹

Da mesma forma, a Austrália permite o uso medicinal da cannabis desde 2016, sendo que cada estado federado implementa regras e termos complementares. Para ter direito de uso e acesso, o paciente precisa sofrer com enfermidade médica cuja eficácia da cannabis é comprovada e precisa ter tentado tratamentos médicos tradicionais anteriormente.

Além disso, segundo um relatório da Prohibition Partners, a receita do setor de cannabis deve chegar a US\$ 1,2 bilhão até 2028 na Austrália. Como se observa, essa regulamentação resultou em uma melhora significativa na qualidade de vida de diversos pacientes com doenças crônicas e condições severas e ainda trouxe benefícios econômicos ao governo.¹²

O Uruguai foi pioneiro na legalização completa da cannabis (2013), permitindo a produção, comércio e venda da maconha bem como seu uso medicinal. O país permite o uso de medicamentos sintéticos registrados pelo governo e os produtos de origem vegetal e medicamentos fitoterápicos, sempre com prescrição médica.¹³

Ao seguir esses exemplos, o Brasil pode criar uma regulamentação eficaz para a cannabis medicinal, promovendo saúde, segurança e inovação, além de colocar-se na vanguarda de uma discussão global que busca por soluções mais humanas e eficientes para o tratamento de diversas doenças.

PERSPECTIVA DE AVANÇO: Regulamentação na pauta do governo

Em novembro de 2024, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu

pela constitucionalidade da concessão de autorização sanitária para plantio, cultivo e comercialização do cânhamo industrial por pessoas jurídicas e para fins medicinais e farmacêuticos. O órgão determinou ainda que a Anvisa e a União criassem uma regulamentação para esses produtos.¹⁴

O Poder Público Executivo Federal disponibilizou, no mês de maio deste ano, seu plano de ação para regulamentar e normatizar as etapas relativas à legalização do uso terapêutico da cannabis. O acesso medicinal e científico ocorrerá desde a produção até o tratamento dos pacientes. A proposta envolve a articulação entre diferentes órgãos do Poder Executivo, além de diálogo com especialistas, associações de pacientes, instituições científicas e representantes do setor regulado.

A meta é que até o fim do mês de setembro o Governo Federal finalmente aprove uma resolução que permita a produção e acesso de espécie vegetal *Cannabis sativa L.* que produza teor de *tetrahidrocannabinol (THC)* total menor ou igual a 0,3%.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A regulamentação da cannabis medicinal no Brasil é uma medida urgente e necessária sob os pontos de vista da saúde pública, da liberdade individual e da racionalidade institucional. O país já dispõe de evidências clínicas suficientes e uma crescente demanda social por acesso a tratamentos à base de canabidiol - especialmente por parte de pacientes que enfrentam doenças graves e crônicas, como epilepsia, Parkinson, câncer, esclerose múltipla e transtornos do espectro autista.

Permitir o cultivo, a produção e a comercialização de medicamentos derivados

da *Cannabis sativa*, sob prescrição médica e controle regulatório, **representa uma estratégia eficiente e ética**. Essa política ampliaria o acesso a terapias seguras, reduziria os custos e a dependência de importações, eliminaria a necessidade de judicializações recorrentes e fortaleceria o papel do Estado como garantidor do direito à saúde.

Aliado a esse fator, a ausência de regulamentação encarece os medicamentos à base de cannabis e impede a produção local, elevando a dependência de importações. Com isso, cria-se um ambiente de incerteza que desestimula investimentos e eleva os custos finais para os pacientes com doenças crônicas.

Deste modo, a regulamentação a nível nacional traria segurança jurídica a médicos, pacientes e produtores, fomentaria a pesquisa científica nacional e contribuiria para desconstruir preconceitos ainda associados ao uso medicinal dessas substâncias. Trata-se, portanto, não de apenas garantir acesso a tratamentos eficazes, mas de consolidar uma política pública mais racional, técnica e **centrada na dignidade humana**.

Recomendações principais:

1. Aprovação de uma legislação federal clara e abrangente, que autorize o cultivo, a produção nacional e a comercialização de medicamentos à base de cannabis, sob fiscalização sanitária periódica;
2. Inclusão desses medicamentos no rol de terapias disponíveis no SUS, a partir de protocolos técnicos e estudos de custo-benefício. Tal medida tornaria esses produtos acessíveis às camadas mais pobres da população, que fazem uso exclusivo da

rede pública de saúde;

3. Fomento à pesquisa científica sobre os usos medicinais da planta, a partir da atração de financiamento privado e ampliação das parcerias com universidades e centros de inovação;

4. Criação de um marco regulatório que garanta a rastreabilidade, a padronização e a segurança dos produtos, com fiscalização eficaz por parte da Anvisa e do Ministério da Saúde.

Como demonstrado, regulamentar a cannabis medicinal é, acima de tudo, um compromisso com a liberdade de escolha, a ciência e o cuidado digno à saúde. O Brasil precisa avançar nessa agenda, sempre focando-se em responsabilidade social e evidências.

CONTRIBUIÇÕES DE

Rafael Moredo

Coordenador de Políticas Públicas do Livres

Matheus Rocha

Analista de Relações Governamentais do Livres

REFERÊNCIAS

1. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 399/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichaDetramitacao?idProposicao=947642>
2. GOVERNO FEDERAL. Governo Federal entrega à Justiça plano de ação para regulamentar acesso a fármacos derivados de cannabis. Publicado em 20 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/governo-federal-entrega-a-justica-plano-de-acao-para-regulamentar-acesso-a-farmacos-derivados-de-cannabis>
3. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
4. CONTE, Juliana. Como funciona o uso de cannabis medicinal para tratamento do câncer? Drauzio Varella. Publicado em 01 de setembro de 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/cancer/como-funciona-o-uso-de-cannabis-medicinal-para-tratamento-do-cancer/>
5. ROSSI, Gustavo Bresciani *et al.* Indicações do Uso do Canabidiol em Neurologia. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4356>
6. G1. Anvisa simplifica importação de canabidiol por pacientes brasileiros. Publicado em 23 de abril de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/04/anvisa-simplifica-importacao-de-canabidiol-por-pacientes-brasileiros.html>
7. AGÊNCIA BRASIL. Anvisa autoriza fabricação e venda de medicamentos à base de Cannabis. Publicado em 03 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4kRAbji>
8. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 660, de 30/03/2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ZQT50G>
9. NAKAMURA, João. Regulamentação da indústria da maconha poderia gerar mais de R\$ 167 bi por ano, diz associação. CNN Brasil. Publicado em 30 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/regulamentacao-da-industria-da-maconha-poderia-gerar-mais-de-r-167-bi-por-ano-diz-associacao/>
10. DIAS, Gabriel. Quanto o Brasil poderia arrecadar em impostos com a legalização da maconha? UOL. Publicado em 16 de setembro de 2022. Disponível em: [https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/16/quanto-o-brasil-poderia-arrecadar-em-impostos-com-a-legalizacao-da-maconha.htm#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20a%20Kaya%20Mind%20avalia%20que,movimentar%20R\\$%2026%2C1%20bilh%C3%B5es%20em%20quatro%20anos.&text=Em%202018%2C%20os%20dados%20oficiais%20apontavam%20que,milh%C3%B5es%2C%20que%20iriam%20para%20o%20mercado%20Oilegal.](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/16/quanto-o-brasil-poderia-arrecadar-em-impostos-com-a-legalizacao-da-maconha.htm#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20a%20Kaya%20Mind%20avalia%20que,movimentar%20R$%2026%2C1%20bilh%C3%B5es%20em%20quatro%20anos.&text=Em%202018%2C%20os%20dados%20oficiais%20apontavam%20que,milh%C3%B5es%2C%20que%20iriam%20para%20o%20mercado%20Oilegal.)
11. GOVERNMENT OF CANADÁ. Cannabis para fins medicinais sob a Lei da Cannabis: informações e melhorias. Publicado em 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/health-canada/services/drugs-medication/cannabis/medical-use-cannabis.html>
12. CANNABIS MEDICINAL. Austrália desponta como líder no mercado global de cannabis medicinal. Publicado em 07 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://cannabismedicinal.com.br/australia-desponta-como-lider-no-mercado-global-de-cannabis-medicinal/>
13. VITA PHARMA CONSULTING. MSP (Uruguai) – Regulamentação de Produtos a Base de Cannabis para Fins Medicinais. Publicado em 11 de março de 2024. Disponível em:

<https://www.vitapharmaconsulting.com/noticias/2024/03/11/msp-uruguai-regulamentacao-de-produtos-a-base-de-cannabis-para-fins-medicinais/>

14. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. STJ valida cultivo medicinal da cannabis por empresas e dá prazo para regulamentação. Publicado em 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/14112024-STJ-valida-cultivo-medicinal-da-cannabis-por-empresas-e-da-prazo-para-regulamentacao.aspx>